LV 35 anos
DESDE 1988 AO LADO DOS TRABALHADORES
INTERCEL | INTERSUL | JORNAL LINHA VIVA Nº 1403 - 26 DE ABRIL DE 2018

FORA O.S

Vereadores ignoram mobilização dos trabalhadores municipais de Florianópolis contra privatizações

O feriado de Tiradentes foi de intensa movimentação em frente à Câmara de Vereadores de Florianópolis. Milhares de trabalhadoras e trabalhadores municipais, servidores públicos, estudantes e militantes dos movimentos sociais encheram as ruas contra o projeto de lei da prefeitura que entrega para as Organizações Sociais a administração dos serviços públicos da cidade. A despeito da mobilização, a maioria dos Vereadores aprovou, por 16 votos contra seis, o projeto do prefeito Gean Loureiro.

A aprovação das O.S.s teve início de forma atropelada quando os vereadores, por maioria em plenário, se posicionaram contrários à realização de uma audiência pública e aprovaram caráter de urgência urgentíssima para a votação do projeto que propõe a contratação das O.S.s para administrar a UPA do Continente e mais 10 creches. O prefeito alega que a porcentagem definida pela Lei de Responsabilidade Fiscal para contratação de pessoal já foi atingida, de modo que as Organizações Sociais seriam uma opção para aumentar o número de funcionários dos postos de saúde, por exemplo.

Teve início às 16h o ato organizado, no fim de semana, pelo Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis – Sintrasem. Vereadores da oposição, que subiram em carro de som após o fim da votação, emocionaram-se com a quantidade de manifestantes, especialmente jovens, e apelidaram os protestos de "Inconfidência Mané", parafraseando o dia da Inconfidência Mineira. Os Vereadores a favor das O.S.s chegaram antes do início do ato, escoltados por forte aparato militar, e votaram de forma apressada a aprovação do projeto que privatiza a saúde e a educação.

Durante a votação, do lado de fora da Câmara houve confronto por parte da Polícia Militar que jogou bombas de gás lacrimogêneo e tentou dispersar a multidão com cassetetes. Dentro da Câmara, houve truculência por parte da guarda municipal que jogou gás de pimenta em jornalistas, servidores públicos e manifestantes que estavam acompanhando a votação. Além de agredi-los, trancaram a porta impedindo auxílio médico e a saída das pessoas que só foram liberadas depois da pressão feita pelos manifestantes que ocupavam as ruas. Durante o tumulto, o vereador Marquito (PSOL) foi impedido de computar seu voto, que seria o sétimo contra o Projeto de Lei. O vereador Rafel Daux (PMDB), que votou contra as O.S.s em oposição à orientação do partido, entrou com recurso para o projeto voltar a plenário nesta segunda (23/4), para aprovação do texto na Comissão de Constituição e Justiça da câmara (CCJ), da qual é presidente.

ENTREVISTA

SE É PÚBLICO, É PARA TODOS

Representante dos Empregados no Conselho de Administração da CEF defende empresas públicas

O ataque privatista às empresas públicas brasileiras tem mobilizados trabalhadores de todas as categorias em defesa do patrimônio público. Várias campanhas foram lançadas por coletivos sindicais e sociais, apresentando à população os prejuízos da alienação das estatais, como a ENERGIA NÃO É MERCADORIA, dos eletricitários que combate a privatização da Eletrobras.

Da mesma forma, foi lançada em 2016 a campanha "Se é Público é para todos", que debate com a sociedade os malefícios da privatização de instituições pública robustas como a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Petrobras. A campanha lançou na última semana um livro com artigos que detalham esta luta.

A equipe do Linha Viva conversou com a Coordenadora do Comitê de Defesa das Empresas Públicas, Maria Rita Serrano, responsável pela campanha e uma das escritoras do livro. Rita é representante dos Empregados no Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, empresa 100% pública ameaçada pelo Governo de ter o capital aberto.

Linha Viva - A campanha "Se é Público é para todos" denúncia os perigos da privatização de empresas estatais. Quais os impactos da privatização da Caixa Econômica Federal, onde a senhora representado os trabalhadores no Conselho de Administração?

Rita Serrano - A campanha Se é público é para todos foi lançada em 2016 pelo Comitê Nacional em defesa das empresas públicas, fórum que coordeno e que é constituído por entidades sindicais, associativas e movimentos. O objetivo da campanha além de denunciar a privatização e precarização dos serviços e empresas públicas, tem por objetivo chamar a atenção da sociedade para a desvalorização de tudo aquilo que é público, coletivo e voltado para dirimir as grandes diferenças sociais e em consequência o favorecimento que essa destruição traz para o capital privado, espaço para poucos privilegiados. Com relação a Caixa, por três anos consecutivos conseguimos vencer o debate da Caixa se tornar S/A, o último embate foi no final de 2017 quando o governo pretendia aprovar a alteração do novo estatuto do banco. Ocorre que existem várias formas de acabar com uma empresa, e nesse momento a Caixa já perdeu em torno de 16 mil empregados, com PDVS, está havendo fechamento de agências e áreas internas e está na ordem do dia a privatização de ativos importantes como a Lotex, Seguros e cartões, além da ameaça da privatização da gestão do FGTS, por parte dos bancos privados, Caso todas essas iniciativas se consolidem a CAIXA perderia as condições para se transformar e implementar políticas públicas - sociais, de incentivo ao mercado ou anticíclicas - como fez ao longo de seus 156 anos de história. Nas condições atuais do mercado bancário, ela possivelmente deixaria de existir, sendo incorporada pelo Banco do Brasil ou vendida a um banco privado. Para que nosso país possa voltar a ter crescimento sustentável com redução da pobreza, precisamos continuar com um banco 100% público, forte e competitivo como a CAIXA, capaz de enfrentar ao mesmo tempo a concorrência bancária e suas responsabilidades sociais. O Brasil não pode perder um banco que personifica sua população e seus sonhos de casa própria, poupança, benefícios sociais, crédito e investimentos para o crescimento sustentável e inclusivo do país.

LV - Na sua visão, existe hoje, em curso, uma campanha de desmoralização das empresas públicas.

RS - No período recente, em meio à crise econômica e suas repercussões sobre as contas públicas do país, as empresas estatais voltaram ao centro do debate público, em um contexto permeado por investigações da prática de corrupção envolvendo quadros de direção dessas e de grandes empresas do setor privado. Com isso a grande imprensa, na sua quase totalidade comandada por 05 grupos familiares, profundamente ligados as grandes multinacionais, utilizou o debate sobre a corrupção para formar opinião a favor das privatizações, vendendo a imagem de que as empresas públicas além de corruptas, são ineficientes e geram prejuízo ao Estado, o que não é verdade. Dados de um estudo do Dieese, sobre as empresas públicas apontam que em 2016, apenas as estatais federais somavam cerca de R$ 500 bilhões em patrimônio, o que representa 8% do PIB nacional. Essas empresas realizam investimentos expressivos, que, em 2016, somaram R$ 56,5 bilhões, sendo 97% desse montante aportados por três grupos de empresas: Petrobrás, responsável por 85%; Eletrobrás, por 7%; e setor financeiro (bancário), por 4%. Quando comparados à somatória dos investimentos realizados no país em 2016 (a chamada Formação Bruta de Capital Fixo), os investimentos das estatais federais foram responsáveis diretos por 6% do total. Em 2012 e 2013, esta relação chegou a 10% da FBCF. Além da importante participação no total de investimentos, as estatais federais brasileiras empregavam 530.922 trabalhadores próprios, o que representa 1,2% do total de empregos formais do país em 2016. Portanto sem as empresas públicas a situação do Brasil tende a piorar drasticamente, porque o capital privado tem como único interesse o lucro e não investe no desenvolvimento do Brasil. A corrupção precisa ser combatida, mas infelizmente ela não é inerente ao Brasil ou ao setor público, existe em todo lugar e não deve ser motivo para acabar com o patrimônio público, prejudicando principalmente as populações mais pobres.

LV - A aprovação da lei das estatais dificulta a participação dos trabalhadores no Conselho de Administração de empresas públicas. Na sua visão, está é uma estratégia para facilitar a privatização das estatais?

RS - O comitê nacional em defesa das empresas públicas nasceu para combater essa lei, que sob a imagem de moralizadora do setor público, cumpre a função de facilitar as privatizações e retirar direitos, ferindo a constituição, a restrição a candidatura de empregados para o CA é com certeza uma delas, já que sindicalistas não podem concorrer, eu inclusive para assumir fui obrigada a renunciar mandato sindical. A Contraf/CUT e a FENAE, entidades dos bancários, tem uma ADI – Ação direta de inconstitucionalidade no Supremo esperando julgamento.

ELETROBRAS

ELETROBRAS SE POCISIONA SOBRE ACT

Negociação do Acordo Coletivo de Trabalho evolui com dificuldade

Atendendo à solicitação dos representantes dos trabalhadores, ocorreu em Brasilia-DF no dia 24/04/2018, mais uma rodada de negociação entre a Eletrobras e o Coletivo Nacional dos Eletricitáios (CNE). A Eletrobras finalmente se posicionou sobre a pauta apresentada pelos trabalhadores, ainda que de maneira superficial. Sobre a maioria das cláusulas de conteúdo social, a empresa informou que há possibilidade de renovação nos termos do ACT atual. Em alguns temas, como por exemplo, inovações tecnológicas, quadro de pessoal, políticas de transferência, gratificação de férias, entre outros, a posição da empresa foi evasiva, informando que estão sob análise, além daquelas de cunho econômico, que a Eletrobras alega precisar de mais tempo para definição e aprovação pelo Governo. Para o CNE ficou claro que temas que se relacionam com a intenção do Governo em privatizar a empresa, estão sendo deixados de lado no momento pela Direção da Eletrobras, indicando que a empresa pretende forçar algumas alterações no conteúdo do ACT vigente. A empresa também pretende firmar acordo em separado com as Distribuidoras, no que há divergência frontal com o CNE. Na impossibilidade de avançar nas negociações naquele momento, o CNE solicitou uma nova rodada de negociações que ainda está pendente de confirmação pela Eletrobras. O CNE pediu que a data seja 10/05/2018. Além do ACT, foram tratados também outros assuntos pendentes com a Eletrobras. Sobre a antecipação do 13º salário, a Eletrobras informou que dará autorização de pagamento pelas empresas que tiverem disponibilidade de caixa, com previsão para dia 02/05/2018. Sobre a PLR2017, a Eletrobras realiza Assembleia de Acionistas, dia 27/04/2018, e pretende apresentar ao CNE os resultados no dia 03/05/2018. A partir de então poderão ser discutidos os valores e as datas de pagamento. Para maiores detalhes e informações sobre a reunião ocorrida em 24/04, em Brasília, acompanhe os boletins das entidades sindicais.

ELETROBRAS

DIRIGENTES SINDICAIS VÃO AO SENADO DEFENDER ELETROBRAS

Presidente do Senado diz não ter pressa na tramitação do projeto

Representantes dos sindicatos que compõem o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) foram recebidos pelo Presidente do Senado, Eunício Oliveira, na noite de terça-feira (24/04). Os sindicalistas ouviram do Senador que a Privatização da Eletrobras, assim como a Reforma da Previdência são temas de alta complexidade e grande impacto na sociedade. Portanto não deveriam estar sendo tratados no afogadilho. Eunício considera que estes temas deveriam ser abordados na campanha eleitoral que se aproxima, no entanto, sinalizou que não pretende impedir a tramitação, mas o Projeto de Privatização, segundo ele, "levará o tempo que for preciso", ou seja, sem pressa.

O CNE avaliou como positiva a visita ao Presidente do Senado. Além disso, restou claro para os representantes dos trabalhadores que a tarefa agora é, cada vez mais, pressionar os parlamentares, para que a medida não passe sequer na Câmara dos Deputados. Neste sentido o CNE enviou representantes para participar de reunião da Comissão Mista que analisa a medida provisória MP 814/17, que permite a privatização da Eletrobras e de seis subsidiárias. A comissão se reuniu ontem (25/04) às 9h30 e, apesar do protesto da oposição, o relatório foi lido, mas após acordo, a discussão do texto e votação do relatório, ficou para o dia 08/05. Foram apresentadas 158 emendas ao texto original da MP. Se aprovada na comissão mista de deputados e senadores, a proposta seguirá para os plenários da Câmara e do Senado. A validade da MP vai até 1º de junho.

Além da comissão mista que analisa a MP, os representantes dos trabalhadores também atuam junto à comissão especial que analisa o Projeto de Lei que regulamenta a privatização da Eletrobras (PL 9463/18).

LV

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina (INTERCEL) e da Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil (INTERSUL

Jornalista responsável: Paulo G. Horn (MTE 3489/SC) | Conselho Editorial: Mario Jorge Maia
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 | E-mail: sindsc@terra.com.br

As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

CELESC

PLATAFORMA NACIONAL DA REDE VIDA VIVA

Vida, saúde e trabalho em debate

Nos dias 18 a 22 de abril reuniram-se no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo – SP os integrantes da Plataforma Nacional da Rede Vida Viva no Brasil. O grupo debateu métodos e ferramentas de formação para potencializar a tríade vida, saúde e trabalho. O evento reuniu representantes de vários estados brasileiros de diversas categorias tais como: Eletricitários, Metalúrgicos, Alimentação, Municipais, Serviço público Federal, e químicos. A Rede Vida Viva nos foi apresentada há 15 anos e vimos nela ferramentas potentes e com efetividade para começar a trabalhar na base as questões de prevenção de doenças e acidentes de trabalho e a adequação do local de trabalho. Quem ganha com isso é o trabalhador, pois ele é o sujeito da ação, levanta os problemas e participa da solução. Na Celesc através da clausula 42 do ACT estamos desenvolvendo a tríade Vida, Saúde, Trabalho em diversas Regionais como Florianópolis, Tubarão, Criciúma, Joinville, Jaragua do Sul, São Bento do Sul e Mafra. Na Arflo, Artub e Arcri já foram solucionados 60% dos problemas levantados pelos trabalhadores, na Arjoi. Arjsl, Arsbs e Armaf durante essa semana e a próxima estaremos reunidos com os gerentes Regionais para as soluções dos problemas levantados. Em agosto realizaremos a 1ª etapa de formação de novos monitores na região do vale do Itajaí.

ELETROBRAS

GOVERNO TENTA ATROPELAR CONGRESSO COM PRIVATIZAÇÃO

Temer Inclui Eletrobras no PND Por Decreto

Em vídeo divulgado no Twitter nesta quinta-feira (19/4) o presidente Michel Temer disse que assinou o decreto para incluir a Eletrobras no Plano Nacional de Desestatização (PND), para que o governo viabilize a privatização da estatal ainda neste ano. A privatização da Eletrobras passou a ser uma prioridade do governo desde que caiu a reforma da Previdência. No entanto, Deputados haviam criticado a decisão do governo de baixar a medida antes de pelo menos a Câmara aprovar a proposta. Para amenizar o desconforto, o Ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, em entrevista afirmou que o decreto mantém a obrigatoriedade do Congresso aprovar a privatização.

Apesar da insistência do governo, líderes da base aliada informaram ao presidente Temer que os projetos referentes à estatal do setor elétrico não devem ser aprovados pelo Congresso. Motivo alegado por eles é o fato de ser, na visão de parlamentares, tema polêmico para ser enfrentado em ano de eleição.

NOSSA LUTA CONTINUA FIRME CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS E A ENTREGA DO PATRIMÔNIO DO POVO AO CAPITAL ESTRANGEIRO!

APAGAR A LUZ DA NOSSA CULTURA

Por Rafael Reginatto, dirigente sindical do Sinergia e trabalhador da Eletrosul

Quando a cultura entrou em cena no Brasil (falando em investimento em cultura porque não há disseminação de bens culturais sem investimento), um negro ocupava o seu Ministério. Houve ministros intelectuais antes dele ocupando a pobre pasta da Cultura Brasileira, mas ninguém antes de Gilberto Gil, seguindo logicamente uma diretriz política progressista e de ampliação da mentalidade para além das sombras de alguns narizes, teve a ousadia de condicionar mecanismos de captação por renúncia fiscal à realidade lucrativa das grandes empresas públicas e de economia mista de nosso país. Novos grupos de teatro surgiram, produtoras cinematográficas, festas literárias, gerações de escritores, artistas plásticos, artesãos e produtores culturais que passaram a movimentar um mercado que, até então, só vivia do termo tão difundido nos jornais e aulas de administração de empresas, o chamado "marketing cultural". Mais do que marketing, iniciava na gestão cultural de Gilberto Gil o respeito à verdadeira cultura brasileira, a crença em nossa capacidade artística, em nossa diversidade cultural, étnica e de gênero que brotava dos rincões mais inóspitos e distantes do imenso território brasileiro. Se a desconcentração de recursos culturais do eixo Rio-São Paulo não chegou a acontecer como se esperava, isso não deve ser creditado como demérito à gestão de Gilberto Gil, que com muito esforço instituiu editais de seleção pública por todo o país, além dos não menos importantes pontos de cultura que rapidamente se espalharam pelo território. Se Gilberto Gil parece ter dado o pontapé inicial, quem furou a bola? Quem abandonou a cultura para que chegássemos à opaca inércia cultural que vivenciamos hoje, tão oportuna à estética dominante da novela global das nove?

A alternativa à proposital pobreza televisiva não seria o acesso amplo ao teatro, ao cinema, a uma cultura capaz de aprofundar nossa capacidade crítica e criativa, de formar cidadãos e novas gerações verdadeiramente evoluídas? Você já reparou em quais marcas de empresas e bancos privados aparecem, como patrocinadores, nos créditos iniciais de filmes nacionais? O cinema brasileiro viveu um boom neste século e o exponencial aumento do número de produções brasileiras, refletido em reconhecimento internacional, só foi possível com a atuação do Governo Federal, seja por intermédio das Leis de Incentivo Fiscal ou pelo patrocínio majoritário de empresas estatais federais como Petrobras, BNDES, Banco do Brasil, Correios, Caixa, Eletrobras, entre outras. O caso mais recente de sucesso e resultado dessa política é o do filme Aquarius, que concorreu à Palma de Ouro em Cannes em 2016. E quem se atentar para a marca do patrocinador no início do filme verá que se trata de um banco estatal: o BNDES.

A Eletrobras, que sofre risco de privatização no governo atual, realizou a partir de 2009 editais de cultura que contaram com montantes de patrocínio, via incentivo fiscal do Imposto de Renda pago, que chegaram a ultrapassar a ordem de R$ 15 milhões num só edital. Até o ano de seu último edital realizado em 2014, a Eletrobras e suas subsidiárias (Eletronorte, Chesf, Eletrosul, Furnas, Eletronuclear e CGTEE) patrocinaram importantes projetos de democratização e ampliação do acesso cultural nas áreas de teatro e cinema, como são o caso dos festivais "Porto Alegre em Cena", "Janeiro de Grandes Espetáculos", "Cena Contemporânea", "RECINE", "FAM", "Anima Mundi" e "Mostra de Cinema Infantil de Florianópolis", ou dos longas-metragens "Xingu", "Quase Memória", "Tatuagem", "Gonzaga – de Pai para Filho, "Os últimos dias de Getúlio" e "Tim Maia", entre muitos outros. De 2011 a 2014, somente na produção e circulação teatral, os editais de cultura das Empresas Eletrobras investiram em mais de 80 peças de teatro de todo o país.

Além do patrocínio a produções cinematográficas, peças de teatro, festivais de cinema e teatro, o edital de cultura das empresas Eletrobras também beneficiou importantes projetos de resgate, acervo e documentação histórica e cultural, esquecidos pela maioria das empresas aptas a inserirem a sua logomarca em algum projeto de patrocínio: o patrimônio histórico imaterial brasileiro. Com recursos oriundos dos editais públicos, as Empresas Eletrobras patrocinaram nessa importante área da memória nacional projetos como o 12º Encontro Pernambucano do Coco, o II Ceará das Rabecas, o Festival Folclórico do Sairé, o Miriti Festival, o projeto "O Som dos Sinos" e o Circuito do Encontro de Bandas de Música Minas – Rio - Espírito Santo, apenas para citar alguns.

O papel de fomentadora e incentivadora da produção cultural nacional, além do principal que é garantir a segurança de abastecimento, a inclusão energética e a capacidade de gerar energia para o desenvolvimento nacional, vem sendo exercido com destaque pelas Empresas Eletrobras nos últimos anos. A exemplo de outras estatais brasileiras que foram estratégicas para dar prosseguimento às políticas públicas iniciadas pelo ministro Gilberto Gil, as Empresas Eletrobras também estiveram empenhadas em colocar o Brasil num patamar de produção cultural jamais alcançados, mas que agora, como num roteiro de pornochanchada, vai retornando a níveis de pobreza, também na cultura. Por todos esses motivos dados pelas Empresas Eletrobras e que, mais do que nunca, intentam nos afastar da lógica secular e colonial do famoso romance "Casa Grande e Senzala" e aproximar-nos de um horizonte merecedor de nossa riqueza cultural é que podemos chegar a um ponto final: "privatizar as Empresas Eletrobras é apagar as luzes da cultura brasileira"!